

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.297.233 - SP (2018/0120266-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : MARCEL BRASIL DE SOUZA MOURA - SP254103  
EDMILSON USSUY E SOUZA - SP296143  
**AGRAVADO** : ROGERIO WILLIAN DE ANDRADE ORNAGUE  
**AGRAVADO** : ROSELI DE ANDRADE  
**AGRAVADO** : RICHARD ANDRADE DE SOUZA  
**AGRAVADO** : LUANA ANDRADE DE SOUZA  
**ADVOGADO** : MARCO AURÉLIO SANCHES - SP114513

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido, no que tange ao art. 771 do Código Civil, em razão da ausência de prequestionamento; e do art. 206, § 3º, X, do CC, da incidência das Súmulas 284/STF e 7/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, entretanto, verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, deixando de impugnar de forma específica a incidência dos óbices referidos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso, a parte limitou-se a sustentar usurpação de competência e a tecer considerações genéricas acerca dos princípios constitucionais de acesso ao judiciário e da existência de excesso de formalismo na decisão agravada.

Como se vê, deixa de impugnar, de forma específica e suficiente, os fundamentos da decisão que, no caso concreto, inadmitiu o especial fundamentada na incidência das Súmulas ns. 282 e 284/STF, e 7/STJ, suficientes à manutenção do *decisum*.

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

*"Art. 932. Incumbe ao relator:*

*(...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".*

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. TODOS OS FUNDAMENTOS. SÚMULA 182/STJ. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 168/STJ. NÃO CABIMENTO.*

*[...]*

*3. Tanto na vigência do CPC/73 quanto na do CPC/15, é ônus do agravante a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de não conhecimento do agravo, nos termos da da Súmula 182/STJ. Precedente da Corte Especial.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt nos EAREsp 931.889/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/06/2019, DJe 14/06/2019)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRADO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL.*

*1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art.*

*932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF).*

*3. Uma vez constatado o erro material na decisão atacada, é de rigor sua correção, mesmo que de ofício.*

*4. Agravo interno não conhecido, com correção do erro material, de ofício.*

*(AgInt no AREsp 1230088/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019)*

Inviável, pois, a pretensão da agravante.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* está sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

**Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**